



PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E SEUS REBATIMENTOS NA PROFISSÃO

SGORLON, Claudiana Tavares da Silva
SUGUIHIRO, Vera Lucia Tiekó

RESUMO

O Serviço Social no Brasil dispõe de um projeto ético-político (PEP) fruto de um amadurecimento profissional e luta política e, neste sentido, entender em que contexto este projeto foi construído e o que representa para a profissão se faz determinante em tempos de regressão de direitos. Desta forma, este artigo tem como objetivo analisar o entendimento dos profissionais sobre o PEP, bem como seus rebatimentos na profissão e sua materialização no cotidiano dos profissionais que o operam nas mais diversas situações cotidianas. Entretanto, foram entrevistadas três Assistentes Sociais, sendo que duas atuam na Política de Assistência Social de um município de pequeno porte e uma Assistente Social em entidade filantrópica, que, com suas experiências, contribuirão para a reflexão deste assunto.

Palavras-chave: Serviço Social; Projeto Ético-Político; Exercício profissional.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social no Brasil dispõe de um projeto ético-político (PEP), fruto de um amadurecimento profissional e luta política e, neste sentido, entender em que contexto este projeto foi construído e o que representa para a profissão se faz determinante em tempos de regressão de direitos.

O projeto ético-político do Serviço Social tem início na década de 1970, indicando o rompimento e crítica da categoria com o conservadorismo que imperava até aquele momento. Neste sentido, em 1979, com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em São Paulo, uma vanguarda profissional marcou a história do Serviço Social no Brasil ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da Ditadura Militar, trocando-a por representantes da classe trabalhadora. Este Congresso confirma uma nova direção social da profissão que, aliada à classe trabalhadora, busca uma nova ordem social, sem dominação/exploração de classe, gênero ou etnia. Este mesmo projeto avança nos anos de 1980 ao estabelecer o Código de Ética de 1986, que não deixava dúvidas sobre o posicionamento político dos Assistentes Sociais. Este Código apresentou-se mais

como uma carta com normas e princípios ideo-políticos, necessitando alcançar o teor prático normativo necessário para responder aos novos tempos da profissão. A década de 1990 marca a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social em meio a tempos adversos oriundos das políticas neoliberais estabelecidas no Brasil. Esta consolidação se dá por meio do Código de Ética de 1993 e da Lei de Regulamentação da Profissão, que data do mesmo ano. Ainda na década de 1990, tem-se a aprovação das novas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, mais especificamente em 1996. Ainda na década de 1990, confere-se no Brasil um expressivo aumento do número de programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, o que possibilita um avanço na produção de conhecimento no interior do Serviço Social. Aliado a estes avanços, temos um crescimento incontestável da participação numérica de profissionais nos eventos promovidos pelas entidades representativas da profissão, como exemplo: o conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Desta forma, este artigo tem como objetivo analisar o entendimento dos profissionais sobre o projeto ético-político do Serviço Social, bem como seus rebatimentos na profissão e sua materialização no cotidiano dos profissionais que o operam nas mais diversas situações cotidianas. Neste sentido, foram entrevistadas 3 (três) Assistentes Sociais, sendo que 2 (duas) atuam na Política de Assistência Social de um município de pequeno porte e 1 (uma) Assistente Social em entidade filantrópica, que, com suas experiências, contribuirão para a reflexão deste assunto.

2 A IMPORTÂNCIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PARA A PROFISSÃO

O projeto ético-político no Serviço Social tem como núcleo a liberdade como valor ético central, compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, a defesa intransigente dos direitos humanos, bem como, a defesa radical da democracia e da cidadania. Neste sentido, pensar a importância deste projeto ético-político para a profissão e como este se materializa nas diversas ações cotidianas, se mostra como fonte inesgotável de debate e análise.

Refletir sobre os desafios apresentados à profissão atualmente, em meio a tempos sombrios de degradação de serviços públicos e direitos, requer refletir também formas de enfrentamento, resistência e luta. Diante disto, Netto (1999) apresenta que, para que um projeto profissional se sustente, é necessário “um corpo profissional fortemente organizado” e esta organização requer um direcionamento sustentado nas legislações vigentes específicas da área, bem como, em seu projeto ético-político.

Tal projeto foi construído e se dá coletivamente, mas ao mesmo tempo, possibilita também que os sujeitos sociais, individualmente, o sustentem, reafirmando seu posicionamento contrário à classe dominante, aliando-se aos movimentos populares, aos usuários dos serviços e às categorias profissionais que defendem os mesmos princípios e ideais. Nesta perspectiva, Boschetti salienta:

A luta do Serviço Social por direitos, trabalho e socialização da riqueza no Brasil e em todo mundo, em nossa perspectiva, não se restringe à ampliação dos direitos para reduzir a desigualdade. Isso é pouco, é insuficiente. Defendemos que a luta por direitos é uma luta contra a “economia política da iniquidade”. (OLIVEIRA, 2007:09). Não basta lutar cotidianamente em nossos espaços de trabalho para assegurar a prestação de serviços com qualidade aos usuários. Esse é um dever ético profissional fundamental, mas insuficiente, diante dos avassaladores efeitos da mundialização, da financeirização da economia mundial, e das persistentes formas de exploração do trabalho pelo capital. (2009, p. 49).

É certo que diante dos ataques constantes contra a classe trabalhadora, tendo seus meios de mobilização despolitizados e enfraquecidos, nosso projeto também se vê ameaçado, pois o contexto econômico, cultural, político e social se apresenta desfavorável à sustentação de direitos. Nesta direção, intensificar estudos, apoiar os movimentos sociais, participar e promover debates e reflexões, buscando construir uma formação e atuação profissional consistente, apresentam-se como canais que possibilitam ultrapassar desafios presentes no cotidiano profissional, expressos nas mais variadas manifestações da questão social, entendida aqui como “[...] espaço em que a desigualdade se expressa com evidência flagrante e do qual se irradiam as problemáticas centrais de que se ocupa o Serviço Social, apresenta-se exponencial na entrada do século XXI”. (NETTO, p. 136, 2007) É no marco desse Serviço Social, contraposto à apropriação da riqueza socialmente produzida, que devem ocupar-se os/as Assistentes Sociais, sustentando teoricamente sua intervenção.

Diante do exposto até aqui, iniciamos uma breve análise do projeto ético-político e seus rebatimentos na profissão nos dias atuais. Contudo, optou-se por fazer uma caracterização das 3 (três) entrevistadas participantes deste estudo. A primeira entrevistada a denominaremos de (A), a segunda de (B) e a terceira de (C). A entrevistada (A) é Assistente Social, exerce o cargo de Gestora Municipal da Assistência Social a 3 (três) anos e 7 (sete) meses e formou-se pela Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA) em 2009. A entrevista (B) é Assistente Social do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) a 4 (quatro) meses e formou-se também pela FECEA em 2010. A entrevistada (C) é Assistente Social de uma entidade filantrópica que atende pessoas com deficiência a 1 (um) mês e formou-se pela FECEA em 2015.

De início, foi perguntado às entrevistadas sobre o que é o projeto ético-político do Serviço Social e observou-se que as 3 (três) apresentam entender o que é o referido projeto.

A entrevistada (C) apontou que o projeto ético-político representa o projeto profissional dos Assistentes Sociais, e se constitui de diversas diretrizes (éticas e políticas), que direcionam o trabalho do/a assistente social em busca de um modelo societário que proporcione a superação das desigualdades sociais causadas pelo modo de produção capitalista. Observa-se nesta fala, a partir da recente conclusão da graduação da profissional, que o assunto foi contemplado em sua formação de maneira que a mesma pudesse definir adequadamente seu significado. Neste sentido, Braz salienta que é preciso:

[...] transcender nosso campo específico de atuação, compreendendo o quadro que nos aflige como parte da dinâmica de reprodução ampliada do capital, que envolve vários segmentos do mundo do trabalho que se veem acuados e na defensiva, diante da ofensiva do governo central em favor das forças do grande capital. (2007, p. 10)

É interessante aqui lembrar que alguns aspectos presentes nos desafios postos ao Serviço Social atual, fundem-se no processo formativo, que em tempos de alijramento dos cursos e mercantilização da educação, apresenta um sério risco de enfraquecimento da consciência crítica dos futuros profissionais, bem como, na qualidade dos serviços prestados à população. Nesta perspectiva, Ramos (2009, p. 44) define que:

[...] a precarização da formação, notadamente com a ampliação do ensino de graduação à distância, uma das expressões mais perversas dos investimentos da contra-reforma da educação; podem trazer dificuldades para a materialização dos nossos princípios éticos-políticos.

Braz contribui com esta discussão quando apresenta:

O que está a se observar até o momento não diz respeito apenas à abertura nada criteriosa de cursos presenciais privados em universidades, centros e faculdades de ensino superior. O que estamos verificando, como que a nos atropelar, é o crescimento incontrolável de grandes grupos privados de ensino de graduação à distância que, segundo levantamento parcial do conjunto CFESS/CRESS, já atingem cerca de 500 municípios no país, totalizando a abertura de milhares de vagas. (2007, p. 08)

Frente a este novo quadro de profissionais que adentram o mercado de trabalho, advindos de uma formação fragilizada e que pouco problematiza as questões sociais engendradas pela sociedade capitalista, que não fazem uma leitura da totalidade das relações sociais, fica a preocupação dos rebatimentos destas intervenções na vida dos sujeitos sociais.

Ainda sobre o conhecimento das entrevistadas sobre o que é o projeto ético-político do Serviço Social, a fala da entrevistada (A) chama atenção ao afirmar que o projeto só se efetiva coletivamente. Esta é uma questão que precisa ser aprofundada na categoria, uma vez que as lutas e até mesmo o projeto profissional são internalizados como só possíveis de

efetivação em luta coletiva, mas o/a profissional, em seu dia a dia, através de ações individuais também implementa valores e princípios defendidos pela profissão. Nesta perspectiva, Boschetti (2009), defende que a luta do Serviço Social se fortalece cotidianamente e ganha materialidade por meio de diversas ações.

Já sobre a importância do projeto ético-político para as entrevistadas, observou-se uma contradição na fala da entrevista (A), que na questão anterior afirmou que o projeto se afirma coletivamente e aqui lembrou que é dever de cada profissional, nortear atendimentos, planos de trabalho, projetos e demais intervenções comprometidas com questões éticas que garantam a qualidade dos atendimentos. Neste sentido, pode-se sugerir uma carência de entendimento sobre a implementação do projeto ético-político.

Ainda sobre a importância do projeto ético-político, a entrevistada (C) apresentou que atualmente vive-se em um momento onde os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais vem sendo cada vez mais sucateados, pela falta de recursos e o crescente aumento de demanda, que sobrecarrega os profissionais. Assim é importante que a profissão tenha um PEP onde o Assistente social possa buscar um direcionamento de acordo com os princípios profissionais. Nesta direção, Ramos comenta:

Não há dúvidas que o capitalismo contemporâneo, em sua fase destrutiva, atua com força brutal em seus projetos de contra-reforma, mas considero mais necessário agora utilizar nossa inteligência e nossa capacidade de mobilização para produzir, conjuntamente com outros sujeitos individuais e coletivos, estratégias com potencial para enfrentar este processo, para que possamos manter a hegemonia do projeto profissional, mesmo em um contexto adverso. (2009, p. 45)

O panorama atual apresenta um quadro nada animador para os/as trabalhadores(as), isto incluindo o/a Assistente Social, cuja profissão encontra-se inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Tal fato apresenta-se como desfavorável a efetivação do projeto ético-político. Contudo, estratégias e táticas de enfrentamento precisam ser construídas, gestadas, no sentido de não sucumbir aos desmontes implementados pelo Estado, apoiador do capital. Assim, é preciso desvendar as determinações objetivas que direcionam o processo contraditório na vida social, onde resignar significa aceitar o imposto, o instituído, o que justamente o projeto ético-político se opõe.

Na questão sobre como as profissionais materializam o projeto ético político em suas ações profissionais cotidianas, a entrevistada (A) apresentou que ser importante e necessária a base apresentada pelo PEP, porém, diversas vezes na atuação, enquanto profissionais de serviço social, depara-se com situações em que não aplica o que é proposto pelo PEP. A prática profissional é muito diversa, um dos exemplos é o trabalho realizado em rede, que falta muito ainda na atuação profissional, maior dedicação de alguns profissionais para que o trabalho seja realizado da melhor maneira proposta.

Nota-se a partir da resposta da entrevistada (A) que a mesma não soube definir com clareza como materializa o PEP em suas ações cotidianas, algo extremamente preocupante, uma vez que em outro momento afirmou conhecer o PEP. Neste sentido, valemo-nos de lamamoto (2011, p. 415) quando coloca:

O dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado significa, por um lado, a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução de suas ações profissionais, socialmente legitimada pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma “profissão liberal” na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos Conselhos Profissionais).

Sobre esta relativa autonomia, compreende-se como um dos limites impostos à atuação profissional na busca pela implementação do PEP, contudo, o imobilismo fatídico ou o fatalismo não podem ser utilizados como álibes para a sua não implementação, uma vez que os conhecimentos teóricos-metodológicos, bem como, as balizas éticas e políticas profissionais devem moldar o desenvolvimento das ações e superação das adversidades.

Ainda sobre isto, lamamoto comenta:

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. (2011, p. 416)

A ação profissional é atravessada por condicionantes diários e necessita ser colocada em questão, no sentido de impulsionar a luta por direitos e democracia em todos os âmbitos sociais.

Ainda sobre a materialização do PEP, a entrevistada (B), disse que o materializa em suas ações profissionais para garantia de liberdade do usuário/família a quem se remete o acompanhamento, após triagem inicial e inclusão da família no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI. Nele é construído o Plano Individual de Atendimento, no qual são pactuados todos os objetivos para com a referida família. Acredita-se que a formulação do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação da família, permite que a mesma tenha liberdade e autonomia para tomada de decisões e objetivo de metas a serem alcançadas, importante ressaltar que este PIA é continuamente revisto pela equipe que oferta o serviço, sendo que o Plano tem a função de organizar a atuação interdisciplinar no CREAS, delineando, operacional e metodologicamente, o caminho a ser seguido por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados com os usuários. A entrevistada (B) descreveu ainda que como materialidade do projeto ético político na atuação profissional, a

amplitude, que seja necessária ainda mais divulgação, no sentido de que atualmente abriam-se as decisões institucionais à participação do usuário, seja através do PIA, mas também através da sua participação em Conferências Municipais, bem como sua inclusão nos Conselhos Municipais de Direitos.

Diante da resposta da entrevistada (B) conclui-se que a mesma divagou sobre como o PEP é materializado em suas ações profissionais, sentindo-se mais segura descrevendo as ações voltadas para um serviço específico, que no caso é o PAEFI, sem relacioná-lo diretamente como resposta à pergunta. Ainda frente à resposta apresentada, é interessante remetermos ao perfil do trabalho do/a Assistente Social traçado pela classe dominante apresentado por Yamamoto e Carvalho, quando salientam que o profissional intervém:

[...] na *criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho*, através da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado, que constituem o suporte material de uma ação de cunho “educativo”, exercido por esses agentes profissionais. (2011, p.101)

Dessa forma, percebe-se uma reprodução das demandas institucionais, descoladas dos princípios, valores e ideais defendidos pelo projeto profissional.

Já a entrevistada (C) disse ser interessante que quando se fala em materialização do PEP a primeira coisa que veio a sua mente foi o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão, pois são as leis que dão corpo ao PEP, mas pensando no cotidiano de trabalho e na relação entre profissional e usuário, acredita que o PEP se materializa na ação profissional quando o/a assistente social se compromete em atender o/a usuário da melhor forma possível. Disse também que o PEP se materializa quando o/a profissional busca se aprimorar de forma a contribuir com a produção teórica da profissão e com a comunidade em que atua, pois é somente através do conhecimento que se pode aprimorar a atuação enquanto profissional.

Frente à fala da entrevista (C), percebe-se uma boa compreensão do que significa materializar o PEP nas ações cotidianas, e ressalta-se a importância expressa na resposta sobre a qualidade dos serviços prestados à população, bem como a produção teórica da profissão, como forma de qualificar as intervenções profissionais.

Todas as informações coletadas a partir das falas das entrevistadas e apresentadas até aqui, dão uma ideia de quanto o assunto precisa ser aprofundado entre os profissionais, no sentido de instrumentalizá-los para que busquem fugir de abstrações que alienam e reiteram valores burgueses, impedindo muitas vezes o avanço na perspectiva da cidadania.

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou que conhecer o projeto ético-político do Serviço Social, não significa automaticamente sua materialização. E aqui vale sublinhar que não se trata de algo distante do cotidiano profissional do/a Assistente Social, mas como escolhas moldadas a partir de práticas rotineiras e institucionais que acabam se desvencilhando dos ideais e princípios defendidos pela profissão.

Assim, considera-se a necessidade do/a Assistente Social estar em permanente capacitação, no sentido de não perder de vista suas bases teóricas, éticas e políticas, que lhe possibilitem realizar uma análise crítica da realidade e em conformidade com sua análise, traçar uma intervenção profissional qualificada. Da mesma forma, apresenta-se como imperativo à profissão, a intervenção fundamentada teoricamente, garantindo assim que a qualidade nas ações seja alcançada.

O que é o projeto ético-político do Serviço Social, qual a sua importância e como este se materializa no cotidiano são indicativos que direcionam o exercício profissional nos tempos atuais e que contribuem para compreensão do papel desempenhado pelo Serviço Social nas mais diversas áreas.

Em que pese a relativa autonomia profissional mencionada, conclui-se que o/a Assistente Social deve ter clareza que algumas situações apresentadas pelos usuários e instituições, não permitem a consolidação do PEP, mas trabalhar em sua direção constitui o seu fortalecimento e posicionamento ético e político.

Em síntese, o PEP encontra-se apreendido teoricamente pelos/as profissionais, mas sua materialização ainda é um desafio, e este desafio encontra-se maximizado pelo capitalismo, com dispositivos que produzem e reproduzem a pobreza e desigualdade. Não obstante, Netto afirma:

O limite parece claro: nenhuma ação profissional (e não só dos assistentes sociais) suprimirá a pobreza e a desigualdade na ordem do capital. Mas seus níveis e padrões podem variar, e esta variação é absolutamente significativa - e sobre ela pode incidir a ação profissional, incidência que porta as possibilidades da intervenção que justifica e legitima o Serviço Social. O conhecimento desses limites e dessas possibilidades fornece a base para ultrapassar o messianismo, que pretende atribuir à profissão poderes redentores, e o fatalismo, que a condena ao burocratismo formalista. (2007, p. 166)

Neste sentido, é preciso compreender que o PEP, num primeiro momento, parece insustentável diante de políticas socialmente regressivas, mas conformar-se significa concordar com o que está posto e com o que está por vir, legitimando a desigualdade. Em síntese, é preciso resistir à concentração da propriedade privada e às decisões políticas, que em sua maioria, atendem interesses individuais e corporativos.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI , Ivanete. Trabalho, direitos e Projeto Ético-Político Profissional. In: **Inscrita**. Brasília: DF: CFESS. Ano VIII, n. XI, p. 37-44, 2009.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em cheque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: **Inscrita**. Brasília, DF: CFESS, Ano VII, p. 05-10, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. Rio de Janeiro: UERJ. **Revista em Pauta**. 2007. n. 19, p. 134-170.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1999, p. 141-160.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Limites e possibilidades históricas do Projeto ético-político. In: **Inscrita**. Brasília, DF: CFESS, Ano VIII, n. XII, p. 41-48, 2009.